

► **Informações Básicas**
Texto do Discurso

O SR. JANIO MENDES – Sr. Presidente, Deputado Roberto Henriques, Deputado Comte Bittencourt, Sras. e Srs. Deputados, eu já tive a oportunidade de, em aparte ao pronunciamento do brilhante Deputado Comte Bittencourt, felicitar a cidade de Niterói pelo seu aniversário. Já disse aqui, Sr. Presidente, que da cidade de Niterói é a nossa eterna capital do Estado do Rio de Janeiro. Digo isso porque Niterói mantém até hoje uma relação muito estreita com todo o Estado do Rio de Janeiro. O Deputado Comte Bittencourt citou aqui o sobrenome que é sinônimo dessa relação: Roberto Silveira. Não há uma cidade no interior que você não tem uma praça, uma avenida, que não tenha o nome de Roberto Silveira. Isso pela relação próxima e estreita de carinho e atenção que Niterói, como capital do Estado do Rio de Janeiro, conservou com o interior do Estado. Não apenas a relação da Universidade Federal Fluminense, que formou gerações e gerações, mas pela afetividade, pelo carinho, pela hospitalidade com que Niterói sempre reservou a todos os cidadãos fluminenses.

Sr. Presidente, o Rio de Janeiro passa hoje por um delicado momento. Estamos na pauta do Congresso Nacional com a rede de distribuição dos royalties do petróleo. Felizmente, a presidente Dilma e hoje o ministro Lobão já acenam que essa discussão ficará apenas para o ano que vem; um tempo a mais para a reflexão, para que na reflexão a razão impere e permita ao Rio de Janeiro continuar com aquilo que tem por direito.

Estamos diante de um grave acidente, de uma fatalidade: o vazamento de óleo na bacia petrolífera de Campos. A Chevron ganha as páginas dos jornais. A última atualização do site G1 diz o seguinte: “Minc diz que se vento soprar para a costa, óleo chegará em até um mês. Mais de dois terços de todo óleo estão submersos”, diz secretário. Esse óleo chegará à costa da nossa região dos lagos – Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Rio das Ostras, Macaé; poderá chegar a Angra dos Reis. Aguardaremos um mês de braços cruzados esse óleo inundar nossas praias e provocar um prejuízo maior ainda à atividade econômica do turismo? Será que é isso que iremos fazer? Vamos permitir que isso aconteça?

Já está provado que a empresa mentiu para a Agência Nacional do Petróleo; mentiu para a presidência da República; mentiu para o ministro das minas e energias; mentiu para o Governo do Rio de

Janeiro; mentiu para o Ibama; omitiu informações quanto ao vazamento de óleo. Como já está provado também que nem ela nem nenhuma outra empresa licenciada para operar na exploração de petróleo na Bacia de Campos, no pré-sal ou no pós-sal, dispõe de equipamentos necessários para estancar vazamentos como o da natureza que estamos tendo nos dias de hoje.

Se essa empresa está operando sem o mecanismo de segurança para evitar vazamento revela uma falha mais grave ainda: que os mecanismos de controle de fiscalização do governo não estão funcionando. É isso o que precisa ser dito. Não adianta vir à opinião pública e dizer que nós fomos enganados, que a Chevron mentiu. Não! “Nós que estamos querendo saquear o Rio de Janeiro, nós que estamos querendo tirar os royalties do petróleo do Rio de Janeiro, nós estamos sendo omissos na fiscalização e no controle”.

E a omissão vira omelete, a omissão é generalizada a partir do momento em que olhamos a nossa realidade, observamos que em nenhuma das esferas de governo – federal, estadual e municipal – nós temos mecanismos de proteção para evitar que esse óleo chegue às nossas praias e cause prejuízo maior à economia da pesca e do turismo.

Estamos no mês de novembro, nos aproximando do seu final, iniciando a temporada de verão. E o tal óleo se aproxima na velocidade do vento, como diz o secretário Minc, e poderá chegar às nossas praias em um mês, exatamente nas festas de fim de ano.

Amanhã, temos uma reunião das comissões permanentes. Hoje, já estou protocolando o pedido: que uma ação civil pública, com obrigação de fazer, seja impetrada contra a Chevron, para que ela disponibilize imediatamente sistemas de proteção às nossas praias, com a entrega imediata, aos governos dos municípios que integram essa nossa região, de equipamentos de boias, as mesmas utilizadas quando tivemos aqui no licenciamento no Porto do Rio de Janeiro ou no Porto de Niterói, que quando para a operação de manutenção de qualquer plataforma, de qualquer navio que traga óleo, que traga petróleo, se lancem as boias para retenção de óleo.

Essa obrigação de fazer, independente da multa aplicada, precisa ser determinada imediatamente. Bem sabemos que da multa a empresa recorrerá e que o pagamento só ocorrerá quando da última instância de grau de recurso. Mas o óleo, nós temos que barrar. Não é palavra minha: é palavra do Secretário Estadual do Ambiente, que traz a informação de que 2/3 do óleo vazado ainda estão submersos e que as

bolas de piche chegarão às nossas praias ao sabor das correntes do vento, em duas semanas ou um mês. O fato é que chegarão.

Não podemos permanecer de braços cruzados, discutindo de quem é a culpa, porque já está provado que a culpa é generalizada. Existe uma irresponsabilidade no processo de licenciamento. Existe uma irresponsabilidade e uma omissão no controle e na fiscalização das atividades de petróleo. Existe descontrole na aplicação dos recursos dos royalties do petróleo nos municípios.

Infeliz foi a hora, infeliz foi o instante em que nós tivemos a liberação da aplicação dos recursos dos royalties do petróleo sem restrições de vinculação à aplicação na preservação, na conservação e na proteção ao meio ambiente.

Hoje, muitos dos que defendem a revisão da distribuição dos royalties do petróleo o fazem porque muitas gestões, muitos governos municipais fizeram farras, festas, shows, distribuíram prêmios, tudo com o dinheiro dos royalties – e não investiram na preservação do patrimônio, na recuperação do ambiente ou na criação de mecanismos de proteção em casos de acidente. Se perguntar a qualquer prefeitura da nossa região, nenhuma delas dispõe de dispositivo de proteção. E este instante não é um instante apenas de culpabilizar, é de agir e este instante de agir da mesma maneira, é que a nossa preocupação com as baleias e os golfinhos deve estar presente, a preocupação com o litoral e com as praias também deve estar presente, com o dano maior que gerará a nossa economia da pesca, a nossa economia do turismo com essa mancha de óleo chegando ao litoral e às nossas praias.

Por isso, é importante, Sr. Presidente, e venho aqui fazer este apelo aos colegas para que a Mesa Diretora coloque à disposição a Procuradoria da Casa para que numa ação com a obrigação de agir passemos a impor a Chevron a atribuição de, como causadora do dano de imediato, disponibilizar para as nossas prefeituras e para o Governo do Estado aquilo que hoje não dispomos, de mecanismo de isolamento das nossas praias da mancha de óleo que se aproxima.

É este o meu desabafo, o desafio que queremos deixar a esta Casa Legislativa e dizer também que estamos estudando a criação de uma taxa a ser cobrada por unidade de barril de petróleo extraído da Bacia de Campos, extraído do litoral fluminense pelo exercício do poder de polícia, visto que mais do que nunca se faz necessário, porque não existe policiamento, não existe controle e o Rio de Janeiro precisa criar a sua patrulha, o seu equipamento de controle para a atividade de exploração de petróleo, e precisamos correr antes que a falência seja

decretada com o novo modelo de distribuição dos royalties de petróleo, quando aí não teremos condições de fazer nada apenas chorar o óleo derramado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Luiz Nanci) – Meus parabéns Deputado.

Fonte:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/8b99ca38e07826db032565300046fdf1/bcf8e13d08c666a1832579500067a130?OpenDocument&Highlight=0,pesca>